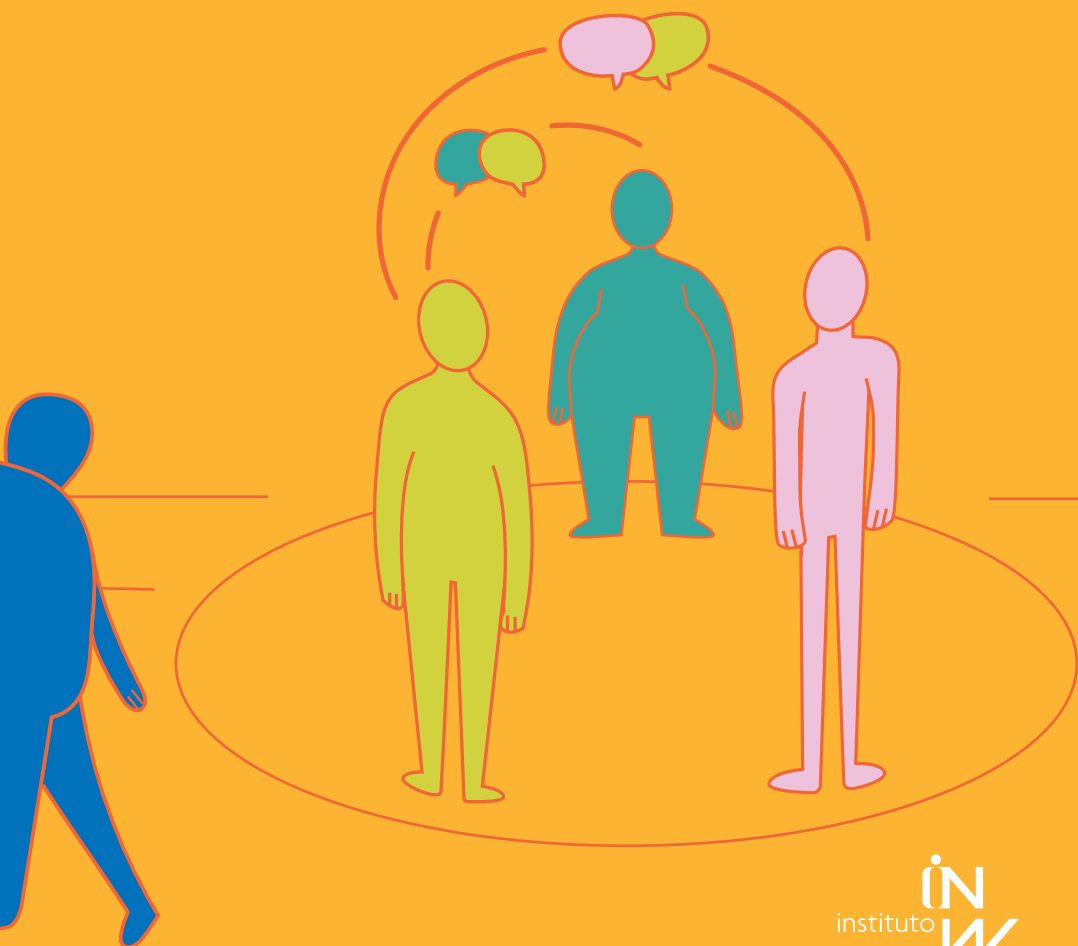


GUIA CIDADANIAR ● ● ● ● ○ ○ ○

Participação Social e Juventudes



GUIA CIDADANIAR ● ● ● ● ○ ○ ○

Participação Social e Juventudes

UNESCO – líder mundial em educação

A educação é a principal prioridade da UNESCO, porque é um direito humano básico e o pilar para a paz e o desenvolvimento sustentável. A UNESCO é a agência especializada das Nações Unidas para a educação e fornece liderança mundial e regional para impulsionar o progresso, fortalecendo a resiliência e a capacidade dos sistemas nacionais de atender a todos os estudantes. A UNESCO enfrenta os desafios globais por meio da aprendizagem transformadora, com foco especial na igualdade de gênero e na África, em todas as suas ações.

Agenda Mundial da Educação 2030

A UNESCO, no papel de agência especializada das Nações Unidas para a educação, está encarregada de liderar e coordenar a Agenda 2030 para a Educação, a qual faz parte de um movimento global para erradicar a pobreza por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. A educação, essencial para o cumprimento de todos esses objetivos, tem seu próprio ODS, o de número 4, que visa a “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. O Marco de Ação da Educação 2030 fornece orientações para a implementação desses ambiciosos objetivos e compromissos.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

Publicado em 2025 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França e a Representação da UNESCO no Brasil, em parceria com o Instituto Nelson Wilians.

© UNESCO 2025



Este material está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>).

Ao utilizar o conteúdo do presente material, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<https://www.unesco.org/pt/open-access/cc-sa>).

Esta licença aplica-se exclusivamente aos textos. Para uso de imagens, é necessário pedir permissão prévia. As publicações da UNESCO são de livre acesso e todas são disponibilizadas *online*, sem custos, pelo repositório de documentos da UNESCO. Qualquer comercialização de suas publicações feita pela UNESCO serve para cobrir custos nominais reais de distribuição e de impressão ou cópia de conteúdo em papel ou CDs. Não há fins lucrativos.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste material não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas neste material são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

BR/2025/PI/H/10

Publicado no Brasil

**COORDENAÇÃO TÉCNICA
DA REPRESENTAÇÃO DA
UNESCO NO BRASIL:**

Marlova Jovchelovitch Noletto

Diretora e representante

Maria Rebeca Otero Gomes

Coordenadora do setor de educação

Aline Vieira

Oficial de projetos

Maria Rehder

Oficial de projetos

**COORDENAÇÃO TÉCNICA DO
INSTITUTO NELSON WILIANS:**

Anne Caroline Wilians

Vieira Rodrigues

Airetora-presidente

William Ruiz Patrício de Lima

Gerente de projetos sociais

REDAÇÃO:

Cláudia Bonfim

Consultora para o setor de
educação da UNESCO no Brasil

Rodrigo Deodato

Consultor para o setor de
educação da UNESCO no Brasil

REVISÃO TÉCNICA:

Adriana Silva

Consultora para o setor de
educação da UNESCO no Brasil

Aline Vieira

Oficial de projetos no setor
de educação da UNESCO no Brasil

Anna Lara Fernandez Soares

Analista de projetos sociais do INW

Célio da Cunha

Consultor para o setor de
educação da UNESCO no Brasil

Clara Gomes Freitas

Analista de projetos sociais do INW

Laiane Silva Dantas de Azevedo

Analista de marketing do INW

William Ruiz Patrício de Lima Gerente de
projetos sociais do Instituto Nelson Wilians

**EDIÇÃO, PADRONIZAÇÃO E
REVISÃO DE TEXTO:**

Fabiana Pereira

P&B Comunicação

Luanda Nera

LNera Comunicação

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Leticia Fiuza

Amí Comunicação e Design

Pabline Felix

Amí Comunicação e Design

Ronei Sampaio

Amí Comunicação e Design

APRESENTAÇÃO UNESCO

A necessidade de agir coletivamente e impulsionar experiências inovadoras para superar as muitas adversidades do mundo contemporâneo originaram o Projeto Cidadaniar, uma cooperação técnica entre a UNESCO e o Instituto Nelson Wilians (INW) para promover a cultura da legalidade e a justiça social, baseada na abordagem da educação para a cidadania global. O projeto está alinhado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial à meta 4.7 do ODS 4, e impulsiona ações educacionais para o avanço dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável, da participação social, das juventudes, das diversidades, da equidade e da inclusão.

A educação para a cidadania global, que está no cerne desta iniciativa, tem por objetivo o desenvolvimento do sentimento de pertencer a uma humanidade em comum, e da habilidade de entender, agir e relacionar-se de maneira pacífica e harmoniosa com outras pessoas, independentemente de suas origens e condições. Isso se dá com base na construção do pensamento crítico e em valores universais do respeito às diversidades, sem deixar ninguém para trás. Assim, o projeto trabalha questões que impactam a vida de todas as pessoas: fortalecimento da paz, da justiça e dos direitos humanos; promoção da cultura da legalidade; avanços e desafios do Estado de direito; e acesso igualitário à justiça.

Diante disso, foi criado um conjunto de materiais educacionais para formar e orientar públicos variados

sobre esses assuntos. Trata-se dos Guias Cidadaniar, que você tem em mãos agora. Eles trazem uma abordagem dinâmica e contam com conceitos contextualizados e atividades práticas. São eles: 1) Direitos Humanos e Democracia; 2) Cultura da Legalidade e Cidadania; 3) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Justiça Social; 4) Participação Social e Juventudes; 5) Diversidades, Equidade e Inclusão; 6) Gestão de Projetos Sociais; e 7) Orientações Metodológicas Gerais.

Os guias estão alinhados com a nova Recomendação da UNESCO sobre Educação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, um documento fundamental que define o que precisa evoluir na e por meio da educação para alcançar esses objetivos. A Recomendação descreve ações a serem tomadas em diferentes níveis de educação para garantir uma abordagem sistêmica e integral. Os Guias Cidadaniar respondem justamente aos objetivos de aprendizagem para atingir as metas da Recomendação, abordando temas relacionados ao respeito pelas diversidades; habilidades de cidadania e senso de pertencimento a uma mesma humanidade; e habilidades de transformação, tomada de decisões e colaborativas.

Desse modo, a UNESCO no Brasil acredita que o projeto e os guias representam mais uma importante etapa na rota das transformações em prol de sociedades mais justas e igualitárias.

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO INW

O Instituto Nelson Wilians (INW) e a UNESCO uniram-se para dar vida ao Projeto Cidadaniar com um propósito muito claro: fortalecer a cidadania ativa e garantir que ninguém desconheça seus direitos. Desde sua fundação em 2017 por Anne Wilians, o INW atua para democratizar oportunidades e diminuir as desigualdades sociais, utilizando a educação, o direito e a cultura da legalidade como estratégias de transformação social. É com essa mesma missão e comprometimento que o INW e a UNESCO construíram juntos esta iniciativa inovadora.

O Projeto Cidadaniar nasceu da necessidade de engajar juventudes, organizações sociais e lideranças comunitárias no exercício pleno da cidadania. Realizada em diferentes territórios do Brasil por meio do Edital NW, esta iniciativa promoveu debates, qualificações, reflexões e ações práticas voltadas para a participação social e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Foi a partir dessa experiência transformadora que surgiu a ideia de produzir os guias Cidadaniar.

Esses sete guias foram criados como companheiros de jornada para educadores e estudantes, com o objetivo de apoiar o aprendizado e o desenvolvimento da cidadania ativa na prática. São materiais pensados para inspirar, orientar e, acima de tudo, engajar os jovens a exercerem seus direitos e deveres e a se tornarem protagonistas de mudanças positivas em suas comunidades e na sociedade.

A cidadania ativa, conceito central que permeia todos os materiais, é a crença de que conhecer direitos e responsabilidades é apenas o ponto de partida. Cidadanizar é agir, ocupar espaços, influenciar decisões e promover mudanças reais e duradouras. Essa visão guia o trabalho do INW, que já impactou mais de 74 mil pessoas em todo o Brasil, especialmente mulheres e jovens, promovendo o protagonismo e gerando transformações coletivas e individuais.

Para facilitar o uso, cada guia combina teoria e prática. A parte teórica apresenta conceitos fundamentais, exemplos inspiradores e reflexões, enquanto a parte prática traz oficinas e atividades que convidam à ação. Essa estrutura foi pensada para tornar o aprendizado dinâmico e aplicável no dia a dia.

Assim, o INW e a UNESCO convidam você a se juntar a essa missão: vamos cidadanizar? Que este guia inspire novas ações, fortaleça o conhecimento e traga recursos para ampliar a participação social, transformar vidas e construir um futuro mais justo e inclusivo.

Boa jornada!

Sumário

<u>Introdução</u>	14
<u>1. O que é participação social?</u>	17
<u>2. Como participar além do voto? Instâncias de participação democrática no Brasil e na sua comunidade</u>	23
<u>3. Participação social e políticas públicas</u>	28
<u>4. Participação social e juventudes</u>	32

<u>5. Recursos para apoiar a participação das juventudes</u>	37
<u>6. “Novas ideias, novos horizontes”</u>	40
<u>Vamos praticar?</u>	44
<u>Vamos cidadanizar?</u>	46
<u>Referências</u>	54

Introdução



Cidadanar é engajar-se, unir esforços e agir no mundo para assegurar que os direitos das pessoas sejam respeitados. Significa trabalhar para garantir que os deveres do Estado e os direitos de todas as pessoas sejam cumpridos. Uma forma de cidadanar é participar ativamente da vida social e política do país. Neste Guia Cidadanar – Participação Social e Juventudes, discutiremos formas de promover direitos e abordaremos o funcionamento dos mecanismos de participação social, sempre levando em conta como é possível agir na comunidade onde vivemos.

A presença ativa dos indivíduos na sociedade é fundamental em sistemas democráticos porque faz os cidadãos presentes na tomada de decisões importantes e na implementação de políticas públicas. Com a Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, diversos direitos foram reconhecidos e garantidos à sociedade em toda sua diversidade. Entre eles, está o direito à participação em questões públicas, que é uma conquista muito importante porque é essencial à vida em sociedade, uma vez que torna possível o envolvimento de todas as pessoas nas questões de interesse coletivo.

Essa participação cidadã é ainda mais importante quando se trata dos jovens porque eles têm o potencial de construir o futuro do país. Para compreender a relação de temas como participação social e juventudes, é necessário partir da ideia de que falar sobre juventudes envolve reconhecer as demandas sociais dos próprios jovens e que eles nem sempre têm acesso a informações sobre como podem atuar para que as suas vozes sejam



ouvidas. Para isso, são condições indispensáveis o diálogo com os poderes públicos, articulações e conexões entre si e com a sociedade em geral.

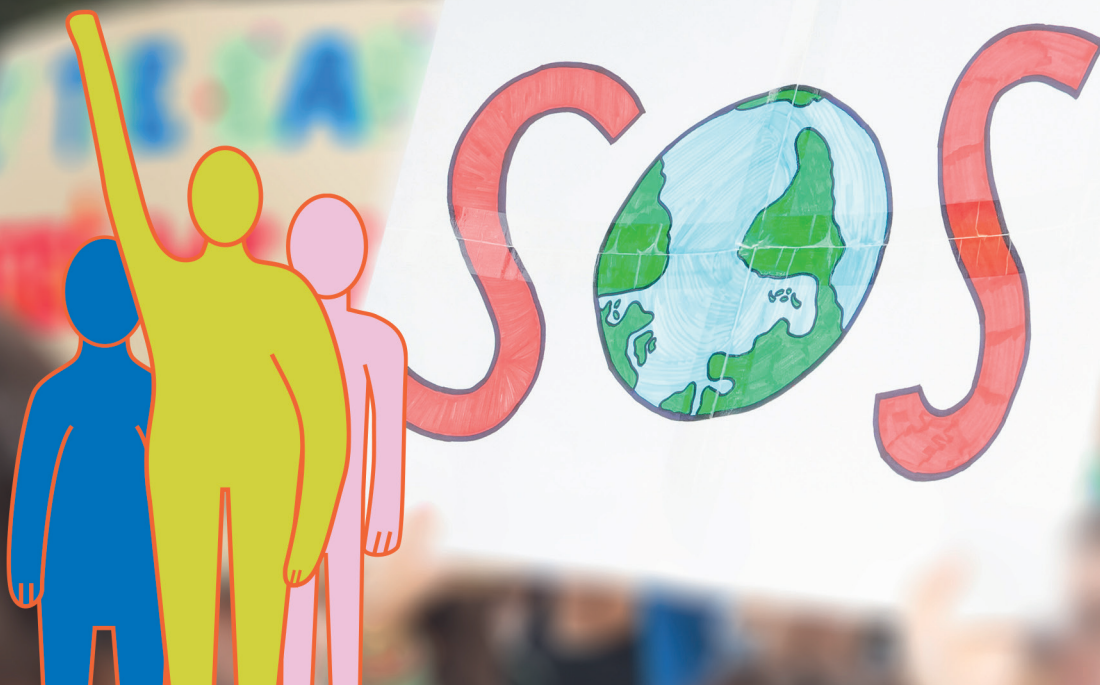
Assim, é importante refletir sobre como o direito à participação está sendo integrado às políticas públicas, até que ponto as juventudes têm influenciado a formulação e a implementação dessas políticas e qual o impacto de suas ações nas tomadas de decisão.

Além disso, é fundamental a sociedade inovar na participação social, fazendo uso dos dispositivos e mecanismos existentes; fortalecer ações e fomentar a participação comunitária; realizar ações educativas para promover o direito à participação; incentivar a participação juvenil no acompanhamento, monitoramento e fiscalização de serviços públicos; além de fornecer às juventudes acesso a informações que estimulem seu envolvimento na criação de políticas públicas sociais, principalmente jovens em situação de mais vulnerabilidade e exclusão.

Por isso, vamos direcionar nosso olhar neste Guia para entender de que forma os jovens podem participar de forma ativa da vida social e política no Brasil. Assim, fazemos a você o convite que se renovará em cada Guia Cidadaniar: com participação social e juventudes... venha cidadaniar com a gente!

1. O que é participação social?

Adobe Stock/Eugenio Marongiu





“How dare you?”: a corajosa frase da ativista sueca Greta Thunberg ficou famosa por ser dita por uma jovem de 16 anos em face de líderes mundiais, especialistas e representantes do mundo todo nas Nações Unidas, em 2019. Ela pode ser traduzida como “como vocês puderam?”.

Você já deve ter visto ou ouvido falar de uma jovem que tem influenciado muito a visão de todo o mundo sobre o meio ambiente e os impactos da mudança climática. Estamos falando de Greta Thunberg.

Em agosto de 2018, essa jovem sueca, então com 15 anos, decidiu protestar sozinha contra a pouca atuação governamental para lidar com a crise climática. Esse ato marcou o início de uma série de manifestações lideradas por jovens, que foram se engajando e mobilizaram, pouco a pouco, milhões de pessoas no planeta.

Na época, a figura de Greta gerou polêmicas. De um lado, havia aqueles que reconheceram rapidamente a importância do movimento que surgia. De outro, algumas

peças tentaram desqualificá-la, caracterizando-a apenas como uma adolescente “exagerada”. Mas, depois de alguns anos, sua presença em eventos internacionais, manifestações numerosas e a força de seus discursos ajudaram a formar novos grupos que impulsionaram o chamado “efeito Greta” pelo mundo.

Aqui no Brasil, a participação das juventudes também tem um exemplo: Rene Silva dos Santos, criador do jornal [Voz das Comunidades](#), no Rio de Janeiro (RJ). Rene é um jovem negro e liderança comunitária que nasceu e cresceu na região do Complexo do Alemão. Tem aparecido em listas públicas de pessoas mais influentes do mundo devido ao seu trabalho de dar visibilidade aos problemas locais e de cobrar melhorias para a sua comunidade.



Na primeira edição do jornal, em 2005, ele publicou o seguinte lema: “dar voz a quem não tem voz”. Cinco anos depois, conseguiu expandir sua estratégia de divulgação dos desafios enfrentados pela comunidade. Utilizando redes sociais, começou a divulgar, em tempo real e a partir da visão de quem morava na comunidade,

os desafios surgidos durante a ocupação policial do Complexo do Alemão. Suas postagens ganharam destaque no Brasil e no mundo.

O Voz das Comunidades cresceu, conquistou patrocínio e passou a atuar em mais dez comunidades do estado do Rio. Além do trabalho jornalístico, o projeto inclui ações sociais de apoio às pessoas que vivem nas favelas e que muitas vezes não têm seus direitos plenamente efetivados.

Rene Silva tornou-se, assim, uma das vozes mais importantes e influentes no trabalho de assegurar os direitos humanos das comunidades e favelas do Rio de Janeiro. Além disso, conquistou prêmios, convites para palestras em todo o mundo e, principalmente, alcançou seu objetivo de dar voz às comunidades, o qual foi abraçado por mais pessoas em outras localidades.

Os exemplos de Greta Thunberg e Rene Silva continuam a motivar muitos jovens até hoje. São uma inspiração necessária para os jovens refletirem sobre algumas questões: “o que posso fazer para mudar a realidade à minha volta?”; “por quais meios eu posso participar mais dos assuntos relativos ao bem-estar da comunidade onde vivo?”; e “como posso me organizar e fazer parcerias para incidir de forma mais qualificada junto ao governo para exigir melhorias na condição de vida do lugar onde moro?”. Essas são perguntas que passam diretamente pelo tema da participação social.

A participação social é um direito e um dos recursos de acesso à democracia que nos permitem atuar em causas em que acreditamos. Participar ativamente e exercer a cidadania em nossa sociedade quer dizer atuar na construção de uma sociedade melhor. A participação social é um caminho para exigir e alcançar mais direitos e para nos tornarmos mais conscientes da importância de todas as pessoas também terem e exercerem direitos.



Adobe Stock/Руслан Краюшкин

Sentir-se responsável, buscar meios para lutar por seus direitos e ter sua voz ouvida por aqueles que criam as políticas públicas e tomam decisões nos governos é um caminho para exercer a cidadania, ou seja, para cidadanar.

Existe um termo em inglês que designa essa postura diante da realidade: *advocacy*.

Com sua origem na palavra *advocare* do latim, que significa ajudar alguém que está em necessidade, o termo deriva do verbo *to advocate*, que significa defender, advogar. Esse termo não tem uma tradução exata para o português e é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação a favor de uma causa. Na prática, é um processo de reivindicação de direitos para influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população.

Praticar *advocacy* é importante porque as questões que nos afetam e que deveriam ser solucionadas pelo poder público muitas vezes não são sanadas porque seus representantes ou não conhecem o problema, ou não sabem como solucioná-lo, ou não o tratam como uma questão prioritária, ou não têm orçamento, ou não têm vontade política.

Expor o problema por meio de dados, fontes de informação confiáveis e relatos dos envolvidos, sugerir soluções e pressionar autoridades para discutir e implementar as políticas públicas necessárias: tudo isso é *advocacy*. Sua prática amplia a participação e a representatividade de grupos muitas vezes excluídos dos processos políticos decisórios e fortalece a mensagem de que os direitos dessas pessoas têm de ser garantidos, fortalecendo a democracia.

2. Como participar além do voto? Instâncias de participação democrática no Brasil e na sua comunidade



Adobe Stock/cklybe

Como você já sabe, uma das formas de os cidadãos participarem ativamente da sociedade é por meio do voto, ou seja, exercendo o direito de votar e ser votado em eleições livres e justas. Pelo voto elegemos pessoas que nos representarão nas instâncias de poder do município, estado ou país. No entanto, para além do voto, existem outras formas de participação social ativa.

É possível, por exemplo, ingressar em conselhos (de saúde, de educação, de infância etc.) e em comitês de políticas públicas, pressionar tomadores de decisão ao participar de fóruns e campanhas cívicas e manifestar-se em protestos, greves, entre outras possibilidades.

A lei determina a existência de espaços para o exercício do direito à participação. Alguns exemplos são:

- a. conferências** – realizadas nos três níveis da federação (municipal, estadual e federal), são abertas à participação da sociedade e visam discutir e propor políticas e ações para áreas temáticas específicas.
- b. conselhos de participação social** – responsáveis por debater e formular políticas públicas. Alguns conselhos têm caráter deliberativo (podem decidir e ter sua decisão levada em conta), enquanto outros são apenas consultivos (para opinar e aconselhar).
- c. conselhos com funções específicas em cada área** – são conselhos de gestão ou fiscalização, como os conselhos escolares, os conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), os conselhos de alimentação escolar e os conselhos gestores de hospitais, ambulatórios, postos e unidades de saúde.

- d. conselhos tutelares** – presentes nos municípios, são responsáveis por garantir o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes. Todo cidadão pode candidatar-se a esse conselho, desde que atenda aos critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescente) e pela lei municipal que regula o processo de escolha.

O direito à participação não se esgota aí. Podemos também cobrar do poder público novos espaços para influenciar as decisões políticas e a oferta de serviços públicos alinhados às nossas necessidades. Você sabia que é possível, por exemplo, participar do planejamento orçamentário do seu município? Essa possibilidade está prevista pelo Orçamento Participativo, mecanismo





que conta com assembleias públicas abertas e periódicas e com etapas de negociação direta com os governos¹.

Acompanhar o orçamento é uma participação em que cobramos dos gestores públicos a prestação de contas e os chamamos a se responsabilizarem pelos resultados de suas ações. Aliás, esse é um de nossos deveres como cidadãos: a participação na fiscalização e na tomada de decisão dos governos. Essa prática é importante para garantir a transparência e a eficiência das organizações, especialmente nas políticas públicas.

É importante frisar que existem outros espaços que também promovem a participação cidadã, e muitos jovens e outros grupos sociais já exercem seu protagonismo dessa maneira. Essas possibilidades complementam os espaços mais formais e governamentais e nos mostram a diversidade de formas de participação social. Alguns desses espaços estão listados a seguir:

- grêmios estudantis e organizações escolares, que são importantes para o desenvolvimento de lideranças juvenis e para a representação de estudantes nas decisões escolares;

1. Para saber mais sobre Orçamento Participativo, acesse: “Orçamento participativo: como funciona e como participar”. POLITIZE!, 2026. Disponível em: <https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-como-funciona/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

WAISELFISZ, Julio Jacobo *et al.* *Nos caminhos da inclusão social: a rede de participação popular de Porto Alegre*. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00000138345_por. Acesso em: 20 dez. 2024.

- movimentos sociais, que promovem ações coletivas em defesa de causas específicas, como meio ambiente, igualdade racial, direitos das mulheres e outras;
- organizações da sociedade civil, para as quais as pessoas podem contribuir por meio de projetos sociais, culturais e ambientais, entre outros;
- coletivos culturais e artísticos, que promovem espaços de expressão e engajamento político por meio da arte e da cultura;
- iniciativas de voluntariado, que possibilitam a contribuição direta das pessoas em ações de impacto social;
- redes digitais de ativismo e engajamento social, por meio das quais as pessoas se mobilizam para causas locais e globais;
- associações comunitárias e de bairro, que representam interesses locais e organizam ações coletivas em prol da comunidade;
- *hackathons* e maratonas de inovação social, que são espaços contemporâneos de união de tecnologia e impacto social para resolução de desafios sociais;
- espaços de economia solidária, como cooperativas e feiras que incentivam práticas de sustentabilidade e inclusão econômica.

3. Participação social e políticas públicas

Adobe Stock/Joa Souza



Para poder exercer a participação social na elaboração de políticas públicas, é preciso entender primeiramente como elas são formuladas e implementadas.

Imagine que um município tem um surto de dengue. Conseguiríamos resolver o problema apenas aumentando o número de leitos hospitalares? Adiantaria comprar repelentes de mosquitos para as pessoas que já adoeceram?

Essas ações não vão solucionar o problema, principalmente se forem isoladas. É preciso mais, ou seja, ir até a fonte da questão. Assim, é necessário elaborar um plano com iniciativas que lidem com a raiz do problema, como, por exemplo, promover mutirões de limpeza de terrenos pelos bairros, divulgar campanhas informativas para que a população contribua não deixando água parada em suas casas, fiscalizar as áreas com mais casos e pulverizar inseticidas nos locais com possível existência do mosquito causador da doença, entre outras iniciativas.

Contudo, para que tudo isso aconteça de forma oficial e efetiva, essas ações precisam ser parte de uma política pública de saúde. Os representantes públicos do município, como os vereadores e o secretário de saúde, precisam elaborar um projeto que contenha essas ações e determinar o orçamento necessário à sua realização. Esse projeto precisa ser votado na Câmara Municipal pelos demais vereadores e aprovado pela prefeitura. Em seguida, essa política pública precisa ser publicada no Diário Oficial do município e, então, começa a valer.

Desde a elaboração até sua implementação, uma política pública passa por diversas fases que formam um ciclo. Esse ciclo tem início com a formação da agenda (entrar na pauta dos servidores), passa pelo processo de tomada de decisão, chegando à sua implementação e posterior avaliação e ajustes, se necessário. Vamos entender cada uma dessas fases da política pública no esquema a seguir.



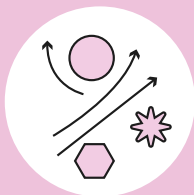
Formação da agenda: para iniciar a criação de uma política pública, é essencial definir as prioridades do poder público. Essa etapa é conhecida como formação da agenda e inclui a preparação, isto é, a identificação dos problemas que exigem mais atenção. Essa

percepção de quem escreverá a política precisa estar alinhada à realidade atual da população. Nesse momento, são avaliadas as informações disponíveis que retratam a situação, a relevância e urgência do problema e os recursos disponíveis para sua solução.



Formulação da política: após a identificação do problema, tem início a fase de formulação, na qual são apresentadas diversas soluções possíveis. Nessa etapa, são definidos os objetivos da política, os programas a serem desenvolvidos e as medidas necessárias.

Em seguida, são analisadas as causas de determinado problema e avaliadas as opções para diminuí-lo ou eliminá-lo. Aqui, ocorre a organização de ideias, a alocação de recursos e a consulta a especialistas para definir os objetivos e os resultados esperados.



Tomada de decisão: com todas as alternativas avaliadas, é hora de escolher o melhor caminho a seguir. Nessa etapa, são aprovados os recursos necessários e o prazo de execução da política.



Implementação da política: nessa fase, o planejamento é colocado em prática, e os recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos são direcionados para a execução da política.



Avaliação: a última etapa é fundamental, pois serve como um meio de controle e supervisão da política. A avaliação permite corrigir falhas, além de analisar o desempenho e os resultados obtidos. Dependendo do sucesso da política, o poder público decide se o ciclo será reiniciado ou se a política continuará sendo executada.

Uma boa política pública deve ser de possível execução, além de promover a cooperação entre todas as pessoas e organizações que participam de sua elaboração e implementação.

4. Participação social e juventudes



Compreender os jovens como sujeitos políticos e sociais é uma conquista que deve ser comemorada e reafirmada todos os dias. Sempre que as políticas públicas retrocedem nessa percepção e deixam de cumprir seu compromisso, a cidadania e a democracia do país são ameaçadas. Para evitar que isso aconteça, todos nós devemos reivindicar a participação como um direito e assim ocupar espaços de diversas formas. Por isso dedicaremos essa seção à discussão de como as juventudes podem e devem participar da tomada de decisões coletivas.

Você provavelmente já deve ter ouvido falar do Estatuto da Juventude e que este foi um avanço para a participação social e política dos jovens. Esse documento tem como princípios a “promoção da autonomia e emancipação dos jovens” e “a valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”.

O Estatuto da Juventude é importante porque traz mecanismos específicos para garantir às juventudes sua representação ativa e efetiva na formulação, execução e avaliação das políticas públicas voltadas para essa parcela da população, reforçando assim o direito de participação em processos decisórios já presente na Constituição Federal. Ele é relevante também porque reconhece que os jovens podem contribuir não apenas com criatividade, mas também com capacidade analítica, liderança, inovação e uma compreensão única das dinâmicas sociais contemporâneas. Esse reconhecimento amplia a visão sobre o papel estratégico dos jovens no desenvolvimento do país.

Você sabia?



O **Estatuto da Juventude**, instituído pela [Lei nº 12.852/2013](#), é uma legislação no Brasil voltada para assegurar os direitos dos jovens entre 15 e 29 anos, reforçando o papel das juventudes na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Ele estabelece uma série de direitos em áreas como educação, trabalho, cultura, saúde e lazer, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento dessa faixa etária. Um dos pontos centrais do estatuto é o incentivo à participação social

dos jovens e o reconhecimento deles como agentes transformadores e protagonistas de suas próprias histórias e da vida pública. O documento enfatiza que as juventudes têm o direito de se engajar na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas que lhes dizem respeito. Isso se dá por meio de conselhos de juventudes, conferências e outros espaços de diálogo, nos quais os jovens podem discutir, propor e fiscalizar ações do governo voltadas para sua realidade.

Se os jovens pudessem mudar algo nas suas escolas, serviços de saúde e em suas comunidades, o que será que eles mudariam? Infelizmente, ainda hoje há pessoas que acreditam que essa parcela da população não tem interesse algum em mudanças em sua escola, nos serviços de saúde e em sua comunidade. Esse mito precisa ser desconstruído. Quando olhamos para a história do nosso país, percebemos que muitos adolescentes e jovens participaram com frequência de importantes mudanças e conquistas democráticas.

Quando não havia acesso a espaços institucionais estabelecidos (como as câmaras ou assembleias), ou quando havia falta de interesse ou de credibilidade nos jovens nos modelos políticos estabelecidos, as juventudes sempre acharam formas de criar seus próprios espaços, que vão de grêmios estudantis a bandas de música, de movimentos sociais a coletivos culturais. Isso mostra que sempre procuraram ocupar espaços de diversas formas, exigindo que o direito à participação lhes fosse garantido.

Assim, engajar-se na execução de uma política pública pode ser um excelente caminho para ampliar a influência de suas vozes porque exercitarão a defesa de suas propostas e pontos de vista.



Como você já deve ter percebido, participar é importante porque é a oportunidade de criação de novos espaços para o exercício da cidadania, o que fortalece a sociedade democrática com as diversidades.

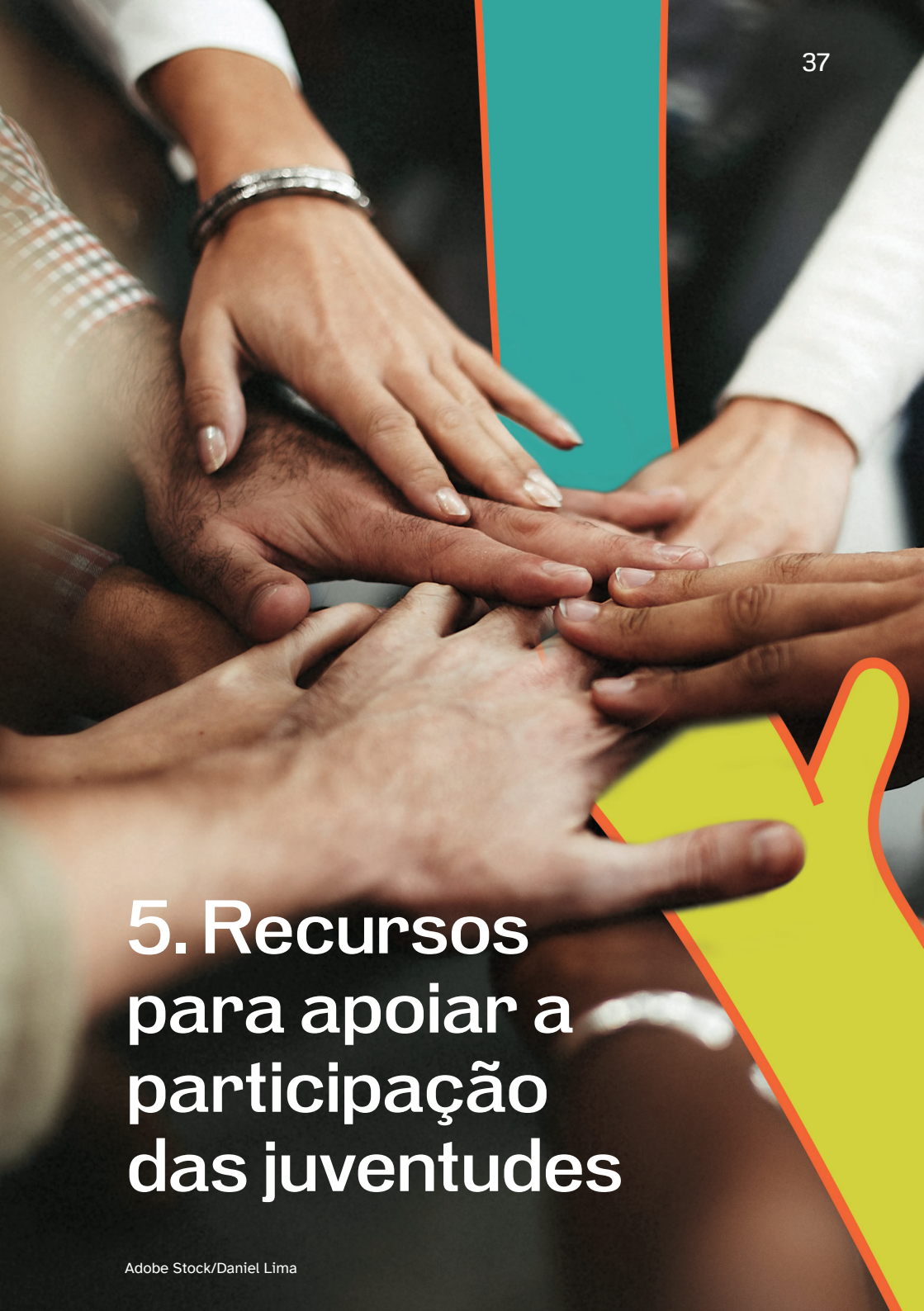
Com relação às políticas públicas, um ponto de partida para a participação pode ser a busca de informações nas páginas dos governos federal, estadual e municipal e a procura por espaços de diálogo e participação. Todo jovem pode enviar perguntas, mensagens eletrônicas, tirar suas dúvidas e participar do debate público. Eles têm ainda a possibilidade de expressar-se em redes sociais, jornais comunitários ou outros veículos de comunicação.

Você sabia?



As tecnologias da informação e comunicação têm papel fundamental para facilitar a participação juvenil. As redes sociais, aplicativos e plataformas digitais podem permitir que os jovens se organizem de maneira mais rápida e abrangente, conectando-se com outros grupos

e causas em diferentes partes do país e do mundo. O uso dessas estratégias digitais amplia o acesso à informação e democratiza a participação social, pois permite que jovens de diferentes contextos e perfis consigam se engajar em debates políticos, culturais e sociais de maneira mais inclusiva.



5. Recursos para apoiar a participação das juventudes

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/1990 e o já citado Estatuto da Juventude são os principais dispositivos legais do Brasil para garantir e defender os direitos de crianças, adolescentes e jovens. Além deles, existem também os conselhos de direitos, que são os principais espaços de participação social.

No nível do governo federal existe o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Ele está previsto no ECA como diretriz da política de atendimento. O Conanda é composto por representantes da sociedade civil e do governo e conduz e garante a proteção integral de crianças e adolescentes. Sua função é deliberar e controlar a política de promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em nível nacional.

Existe também o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), criado em 2005. Ele formula e propõe orientações para as políticas públicas de juventudes,



desenvolve estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promove a troca entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

Em cada estado há também os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Previstos no artigo 88 do ECA, esses conselhos funcionam em nível estadual e municipal. São formados por representantes governamentais e da sociedade civil, com funções deliberativas e de controle das políticas públicas voltadas para a infância e juventudes nas cidades e estados.

É um movimento positivo aproximar-se desses conselhos para acompanhar as discussões e saber os que eles têm decidido que impacta diretamente o seu dia a dia e o dos jovens em geral. Será certamente uma experiência enriquecedora conhecer o trabalho de tantas pessoas que atuam para fazer valer os direitos de crianças e adolescentes em tantas partes do Brasil.

Em cada conselho, há vagas inclusive para a participação de crianças e adolescentes. Trata-se, portanto, de uma ótima oportunidade para os jovens exercitarem a participação social.

No entanto, é importante mencionar que o Brasil ainda tem muito o que avançar para garantir plenamente o direito à participação, sobretudo de crianças e adolescentes. Ainda há barreiras para a participação das juventudes em vários espaços institucionais. Por outro lado, a busca por ampliar espaços de atuação é, também, própria dos jovens.

6. “Novas ideias, novos horizontes”

Adobe Stock/Jose Calsina



A participação das juventudes em processos sociais e políticos tem um impacto profundo na construção de sociedades mais inclusivas, democráticas e justas. Os jovens, com sua pluralidade de vivências, habilidades técnicas e visão crítica, desempenham um papel central na proposição de soluções inovadoras para os desafios sociais atuais. Sua capacidade de promover transformações práticas e questionar estruturas existentes os posiciona como agentes fundamentais na construção de um futuro mais justo e inclusivo. Essa participação juvenil permite a inserção de vozes que historicamente foram sub-representadas nos espaços de poder e decisão e assim fortalece a cidadania.

O empoderamento das juventudes é um dos principais resultados da participação ativa em processos sociais. Ao integrarem conselhos, movimentos sociais, organizações estudantis, coletivos culturais e iniciativas comunitárias, os jovens desenvolvem habilidades fundamentais, como comunicação, trabalho em equipe e liderança. Além disso, aumentam a autoestima e a confiança e passam a se sentir parte integrante das mudanças que desejam ver.

A transformação social impulsionada pelas juventudes ocorre de maneira significativa quando elas estão envolvidas ativamente na luta por suas demandas. As juventudes têm se mostrado um dos principais agentes de mobilização em temas como educação, igualdade de gênero, justiça social, sustentabilidade, cultura, mudança climática e enfrentamento das violências. Ao se organizarem para exigir mudanças, os jovens

pressionam governos e instituições a responderem às suas necessidades, o que pode resultar na criação de políticas públicas mais adequadas e inclusivas.

Outro aspecto essencial do impacto social da participação juvenil é a inovação nas políticas públicas. Quando os jovens estão conectados a novas tecnologias e atentos a questões mundiais, eles podem usar seus dispositivos como celular ou tablets para trazer abordagens inovadoras que muitas vezes escapam aos tomadores de decisão mais experientes, sejam eles vereadores, deputados ou senadores. A inclusão efetiva dos jovens no processo de elaboração de políticas possibilita que soluções mais dinâmicas, tecnológicas e adequadas às necessidades da sociedade contemporânea sejam formuladas e implementadas.

Além disso, a participação das juventudes fortalece a democracia. Quando os jovens se engajam nos processos políticos, eles revitalizam a democracia ao promoverem uma cultura de participação e responsabilização. Os jovens têm o potencial de serem agentes de mudança, exigindo mais transparência, representatividade e ação dos líderes eleitos. Esse engajamento é muito importante para o futuro das democracias, já que garante a renovação do debate político e a inclusão de diferentes perspectivas.

A mobilização social das juventudes, por meio de movimentos coletivos, também tem gerado impactos de grande escala. Você lembra-se dos exemplos de

Greta Thunberg e de Rene Silva, dos quais falamos no início deste Guia? Com ações desenvolvidas por esses jovens, tantos outros puderam se organizar em torno de causas locais ou mesmo mundiais e gerar mudanças significativas. Esses movimentos têm dois aspectos: pressionam os governos a agirem em questões como mudança climática e, ao mesmo tempo, inspiram outras gerações a se engajarem em causas urgentes e a agirem para assegurar justiça social e ambiental.

Por outro lado, os espaços para a participação juvenil ainda enfrentam desafios, principalmente em contextos em que a voz dos jovens é desvalorizada ou marginalizada. Muitas vezes, as estruturas políticas e sociais não são abertas o suficiente para incluir os jovens nos processos de tomada de decisão. No entanto, ao criarem seus próprios espaços de diálogo e ação, seja nas redes sociais ou nas ruas, os jovens continuam a desafiar essas barreiras e a demonstrar que sua participação é indispensável.



Vamos praticar?

Agora que você aprendeu mais sobre participação social e juventudes, vamos propor reflexões e atividades pessoais para que pense sobre seu papel e suas ações, e sobre como o mundo à sua volta dialoga com os temas que tratamos aqui. Sugerimos que você crie um diário de experiências, como um caderno onde você escreve suas reflexões, revise anotações e registre ideias. E então... vamos praticar?

Atividade 1

Converse com integrantes de uma organização que atua na sua comunidade – pode ser um grupo cultural, social ou ambiental. Pergunte como eles trabalham junto com os conselhos ou com o governo para mudar algo importante no bairro ou na cidade. Descubra o que eles já conseguiram e o que ainda falta ser feito. Anote como foi a sua experiência e as ideias aprendidas.

Atividade 2

Participe de uma reunião de um conselho de políticas públicas do seu município ou estado. Pode ser um conselho de educação, saúde ou juventudes. Observe como as pessoas discutem os problemas da comunidade e quais ideias elas sugerem para solucioná-los. Depois, escreva o que achou de mais interessante, liste as decisões tomadas pelo grupo e anote como você poderia participar mais dessas conversas.

Anotações

Vamos ciudadanar?



Como bons multiplicadores de conhecimentos e experiências, apresentamos, com base na metodologia do Projeto Cidadaniar, uma proposta de roteiro de aula que pode ser aplicado em oficinas com jovens e adultos sobre os temas tratados neste Guia. Vamos cidadaniar?

Roteiro de Aula – Participação Social e Juventudes

Tema da aula: participação social e juventudes

OBJETIVOS

Aprender a ser (atitudes e valores)

- Reconhecer a importância da participação social.
 - Compreender e reconhecer a atuação das juventudes.
 - Valorizar a participação de jovens em coletivos e movimentos que possam impulsionar e monitorar políticas públicas.
 - Compreender a importância das juventudes na defesa dos direitos humanos.
-



Aprender a conhecer (conhecimentos)

- Reconhecer e promover a participação social em seu cotidiano individual e no da sua comunidade.
- Conhecer conceitos e reflexões conceituais sobre os temas tratados.
- Ampliar conhecimentos sobre as formas de participação social.
- Conhecer os desafios enfrentados pelas juventudes.

Aprender a fazer (práticas e habilidades)

- Desenvolver habilidades para identificar e encaminhar propostas de ações que ampliem a participação social de jovens.

Aprender a conviver (relacionamento social)

- Compartilhar o poder de decisão compartilhada como uma estratégia que contribui para mais equidade.
- Identificar as necessidades das pessoas do grupo e buscar alternativas para apoiá-las.

CONTEÚDOS

-
- O que é participação social?
 - Como participar além do voto nas eleições?
 - Instâncias de participação democrática no Brasil e no seu território.
 - Participação social e juventudes.
 - “Novas ideias, novos horizontes”.



ROTEIRO DA AULA

Apresentação dos participantes

Tempo: 20 min

Distribua pequenos papéis para as pessoas participantes, com trechos de músicas conhecidas – importante ter o mesmo trecho repetido de acordo com o número que deseja que o grupo tenha. Peça que as pessoas andem pela sala cantando o trecho que receberam. Aos poucos, elas devem encontrar outras pessoas que estão cantando a mesma música e andar de braços dados com ela. Quando todas as pessoas encontrarem seu grupo, comece a apresentação da aula.

Apresentação da proposta da aula

Tempo: 5 min

Apresente os temas a serem trabalhados e os objetivos a serem alcançados na oficina.

Exposição dialogada sobre o tema central

Tempo: 30 min

Promova um diálogo sobre a importância da participação social e sobre as principais formas de participação.

Dinâmica sobre o tema central

Tempo: 50 min

Com os participantes divididos em grupos, explique a eles que devem criar uma colagem que represente o que significa ser adolescente e jovem atualmente. Distribua jornais e revistas, orientando-os a recortar imagens que representem a adolescência e as juventudes.

Em seguida, peça que conectem essas imagens com os espaços que os jovens costumam frequentar, como escola, praças, festas, coletivos culturais, e de esferas políticas. Instrua-os a considerarem as diversidades étnica, racial, de gênero etc.

Explique que a representação dos adolescentes e jovens atuais pode ser realizada por meio de colagem, desenho, texto ou qualquer outra forma de expressão que capture como eles percebem a relação entre adolescência, juventudes e os espaços ocupados.

Ao final, solicite que cada grupo apresente sua criação. Promova um debate, perguntando sobre a experiência do grupo no desenvolvimento da colagem e quais aspectos surgiram durante a criação. Conclua a dinâmica destacando os diferentes espaços identificados e discutindo quais deles foram percebidos como espaços de participação política.

Intervalo

Tempo: 15 min

Dinâmica em grupos

Tempo: 45 min

Peça aos jovens para desenharem um grande mapa da comunidade em uma cartolina. O mapa não precisa ser geograficamente preciso; pode ser uma representação simbólica da comunidade onde vivem. Divida o mapa em diferentes áreas, como saúde, educação, meio ambiente, cultura, segurança, trabalho etc. Cada área deve ter espaço suficiente para adicionar ideias.

Distribua *post-its* ou pedaços de papel e canetas para cada participante. Peça que eles escrevam ideias de como podem se envolver em cada área do mapa. Exemplos podem incluir:

Saúde - Participar de campanhas de vacinação, promover eventos de conscientização;

Educação - Ser voluntário em programas de mentoria ou ajudar em tutorias para crianças.

Atividade prática

Tempo: 30 min

Depois que todos os *post-its* forem colocados no mapa, peça que as equipes iniciais se reúnam e escolham uma área de interesse para explorar mais a fundo. Eles devem considerar:

Quem estará envolvido? Quais recursos serão necessários?
Quais são os passos concretos que precisam ser tomados?
Como avaliar o impacto da ação realizada?
Cada equipe apresenta sua proposta para o grupo todo, que poderá aprimorar a ideia coletivamente.

Trabalho pessoal

Tempo: 5 min

Depois de todas as propostas, é hora de cada participante pensar sobre sua própria ação cotidiana. Sugira que escrevam em um diário de experiências uma breve reflexão sobre como cada um pode, no seu dia a dia, participar mais e incentivar a participação social de mais pessoas nas políticas públicas importantes para sua comunidade.

Encerramento

Tempo: 10 min

Para encerrar a atividade, peça que cada participante escreva uma palavra que resuma a oficina. Em seguida, organize o grupo para formar uma frase ou várias frases utilizando as palavras escolhidas por todos.

AVALIAÇÃO E REGISTRO

Facilitador: deve usar o caderno de experiências para anotar os desafios e os pontos positivos da oficina. As perguntas e situações que surgiram entre os participantes podem ser compreendidas como melhorias para os próximos encontros.

Participante: deve usar a dinâmica de encerramento voltada à avaliação da aula pelos participantes.

Anotações



Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Estatuto da Juventude. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

“Orçamento participativo: como funciona e como participar”. POLITIZE!, 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-como-funciona/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

WASELFISZ, Julio Jacobo *et al.* *Nos caminhos da inclusão social: a rede de participação popular de Porto Alegre*. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000138345_por. Acesso em: 20 dez. 2024.

